

## Projeto Estudantes de Atitude 2021 terá premiação de R\$ 140 mil para escolas

Governo de Goiás lançou a edição 2021 do Estudantes de Atitude, uma disputa gamificada e sadia, que busca fomentar a cidadania e a participação social dos alunos da rede pública estadual

O governador Ronaldo Caiado lançou dia 14/9 a edição 2021 do Projeto Estudantes de Atitude, que tem o objetivo de fomentar a cidadania e a participação social dos alunos da rede pública estadual, por meio de uma disputa gamificada e sadia entre as escolas. O projeto é coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

Foram ofertadas vagas para 500 escolas estaduais, distribuídas proporcionalmente pelas coordenações regionais de ensino. Diante do sucesso do Estudantes de Atitude, realizado em 100 escolas de Goiás no ano de 2019, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos adotou o projeto goiano e passou a replicá-lo em outros estados do Brasil, participando desse ano como coordenador nacional. As informações do projeto estão no [hotsite www.estudantes-deatitude.go.gov.br](http://www.estudantes-deatitude.go.gov.br).

O controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, explica que o projeto Estudantes de Atitude transpõe conceitos como cidadania e participação social para a realidade prática e divertida do ambiente escolar, visando a promoção da reflexão e da ação de professores e estudantes sobre problemas, causas e busca de soluções no contexto escolar. "É um game que estimula a responsabilidade cidadã e a maior participação de alunos, professores, família e demais atores da comunidade escolar no controle social e no voluntariado", afirma.

A secretária Fátima Gavioli reforça que na primeira edição do projeto várias unidades escolares passaram por grandes mudanças. Ela lembra o fato de estudantes construírem bibliotecas e espaços multiuso para que possam ter um ambiente diferente



Acompanhe as notícias do Estudantes de Atitude 2021 pelo Instagram!

Atitude vai promover no aluno um desejo muito grande de fazer diferença no local onde ele vive e estuda. Isso é muito importante na construção de cidadania através do conhecimento adquirido" enfatiza a secretária.

As atividades começam dia 24/9 e os vencedores serão conhecidos e premiados pelo governador Ronaldo Caiado no início de dezembro, durante a Semana de Combate à Corrupção, organizada pelo Governo de Goiás.

### Premiação

Na edição desse ano, será distribuída uma premiação total de R\$ 140 mil. As dez escolas mais bem colocadas dividirão R\$ 100 mil. E os times de professores (cada escola pode indicar até três professores para constituir o seu time) disputarão o restante da premiação, dividida entre os três primeiros times mais bem colocados. Os professores receberão capacitação da CGE para a melhor compreensão das atividades e das fases do Es-

tudantes de Atitude.

Como na edição anterior, um grupo de alunos fará uma Auditoria Cívica na escola com a ajuda de um aplicativo, onde avaliam as condições de todo o ambiente escolar para levantar os possíveis problemas e soluções.

O desafio final, que concorre à premiação, será a materialização da Auditoria Cívica, ou seja, os estudantes e professores identificam os problemas através da auditoria, elegem um desses problemas e discutem como resolvê-lo.

A execução dessa solução, que pode ser construída uma área de convivência, por exemplo, é o desafio que eles deverão realizar, envolvendo a comunidade escolar. Os competidores também terão que desenvolver tarefas especiais, pequenas atividades individuais que instigarão os alunos a pensarem seu papel na sociedade e na escola.

## CGE discute modelo global adotado em Goiás que direciona ações do controle interno governamental

Painéis sobre Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) apresentaram vantagens de as organizações públicas seguirem essa metodologia global, perspectivas e resultados no Brasil e no Governo de Goiás

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) promoveu dia 14/9, de forma virtual no canal do órgão no YouTube ([youtube.com/cgegoias](http://youtube.com/cgegoias)), um debate sobre o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), ferramenta estratégica mundial que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no setor público.

A abertura foi realizada pelo controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, acompanhado da consultora do Banco

Mundial, Susana Amaral; do presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Leonardo Ferraz; e da conselheira do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA), Tânia Mara Cordeiro.

O evento teve o objetivo de divulgar o IA-CM, metodologia do IIA para o desenvolvimento da auditoria interna, que é recomendada pelo Banco Mundial e pelo Conaci para serem implantados nas controladorias do país. Foi apresentada a experiência e os resultados da aplicação

desse modelo no Governo de Goiás, que tem se destacado nacionalmente em termos de gestão da coisa pública.

A CGE implementou o IA-CM e desenvolve diversas ações com foco nesse modelo, tendo atendido em 2021 o total de 80% das atividades-chaves (KPA) do nível 2 do IA-CM e de 53% das atividades do nível 3, de uma matriz que vai ao nível 5. Desde 2009, quando foi criado o IA-CM, nenhuma organização no mundo alcançou o nível máximo da matriz.

## Projeto Inova CGE retorna com quatro edições em setembro

Projeto da Controladoria Geral do Estado, lançado em 2020, teve sua segunda edição, com transmissão pelo canal da CGE no YouTube. Organizado pelo Ctr LAB, laboratório de inovação, o Inova CGE realizou quatro encontros em setembro. O primeiro programado para dia 2, às 9h, tratará dos benefícios da utilização do método da Linguagem Simples na relação entre o poder público e o cidadão

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) deu continuidade, em setembro, ao projeto Inova CGE, agora em sua segunda edição. Diferente do ano passado, com participação dos servidores do órgão, o Inova CGE 2021 foi aberto também ao público externo, com transmissão dos quatro encontros pelo canal da CGE no YouTube ([youtube.com/cgegoias](http://youtube.com/cgegoias)).

Criado com o objetivo de ser a porta de entrada para a inovação na Controladoria-Geral do Estado, o Inova CGE visa inserir na rotina funcional dos servidores práticas colaborativas, empáticas e criati-

vas, buscando ativar o pensamento crítico sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do poder público estadual. Busca também solucionar problemas, buscar o caminho da eficácia e da construção de novas normas de pensar e trabalhar, sempre com foco na melhoria das entregas à sociedade.

O Inova CGE teve sua organização a cargo do laboratório de inovação da CGE, o Ctr LAB. Embora não conste ainda, formalmente, na estrutura da CGE, o Ctr LAB existe desde janeiro deste ano e congrega servidores vinculados ao órgão,

que gostam de trabalhar temas e atividades relacionadas à inovação no setor público, em especial, no Poder Executivo.

Os quatro encontros do Inova CGE 2021, que estão gravados no YouTube, abordaram os seguintes temas:

- 02/9 - Linguagem Simples;
- 16/9 - Alfabetização em dados;
- 23/9 - Trabalho remoto no serviço público;
- 30/9 - Diversidade das equipes gera maior efetividade nas políticas públicas.

## Rede de Ouvidorias de Goiás quer impulsionar ouvidorias nos municípios

O 5º Seminário Goiano de Ouvidorias Públicas foi realizado de forma virtual dia 28/9, pelo canal da Controladoria Geral do Estado (CGE) no YouTube, onde foram compartilhadas boas práticas e benefícios das ouvidorias públicas. Evento buscou incentivar estruturação de ouvidorias nos municípios goianos

A Ouvidoria em Rede-Goiás, composta por órgãos e entidades públicas da esfera estadual, federal e municipais sediadas no Estado, promoveu o 5º Seminário Goiano de Ouvidorias Públicas, com o tema A Ouvidoria Pública no Contexto Municipal. O seminário ocorreu dia 28/9, com transmissão pelo YouTube, no canal da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) ([youtube.com/cgegoias](http://youtube.com/cgegoias)).

O objetivo dessa quinta edição do seminário foi, além de compartilhar boas práticas das ouvidorias públicas, buscar novos participantes para a rede no Estado, demonstrando os benefícios da participação dos usuários de serviços públicos na gestão e na formação de políticas públicas efetivas, de forma a incentivar as prefeituras goianas à estruturação de suas ouvidorias.

O seminário contou com três palestras. Na primeira, a palestrante Maria Inês Fornazaro, presidente da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO) e que foi Ouvidora-Geral do Município de São Paulo, discutiu os "Desafios da Ouvidoria Pública", tendo como mediadora Anna Julia Brito, da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

do segundo momento do seminário tratou do Programa de Compliance Público Municipal, que será lançado pelo Governo de Goiás, com o controlador-geral do Estado de Goiás, Henrique Ziller, e mediação de Fabrício Motta, conselheiro e ouvidor do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

A apresentação final abordou o tema "Ouvidoria, uma Instância de Gestão

Estratégica", com a ouvidora do Sistema Único de Saúde (SUS), Danielle Ventura, e mediação do ouvidor-geral do Estado de Goiás e coordenador do Ouvidoria em Rede-Goiás, Danilo Carvalho.

## Ouvidoria-Geral do Estado: números de agosto mostram atendimento mais rápido e mais resolutivo ao usuário



Relatório da Ouvidoria-Geral, apresentado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), apontou que em agosto o Sistema de Ouvidorias de Goiás realizou 8.367 atendimentos, o que representa um crescimento de 12,7% em relação a julho. Agosto foi o mês com o maior número de atendimentos realizados em 2021 pelas ou-

vidorias central e setoriais dos órgãos estaduais que formalizaram, até o início de setembro, 55,4 mil atendimentos neste ano.

Considerando os últimos 90 dias, os números indicam que o Sistema de Ouvidorias de Goiás ganhou um ponto porcentual em relação aos resultados apresentados no trimestre anterior: o índice de resolutividade subiu de 65% para 66%, novo recorde do sistema. O tempo médio de respostas das manifestações baixou ainda mais no trimestre: de 74 dias para 7 dias, consolidando-se como um dos mais rápidos entre as ouvidorias públicas do País.

Para o superintendente de Participação Cidadã da CGE, Danilo Borges Garcia Carvalho, "vale destacar que apenas uma em cada três solicitações recebidas no mês de agosto foi de reclamação (34%). A maioria dos atendimentos, 43%, foi do campo

solicitação, que normalmente está relacionado a esclarecimentos e busca de informações. Treze por cento se referiram ao campo comunicação; 5% a denúncias; 4% dos atendimentos foram relacionados aos Lei de Acesso à Informação (LAI) e tivemos 1% de elogios".

Os canais de acesso da população ao Sistema de Ouvidorias são:

Telefone 0800 000 0333  
Site [www.ouvidoria.go.gov.br](http://www.ouvidoria.go.gov.br)  
E-mail [ouvidoria@goias.gov.br](mailto:ouvidoria@goias.gov.br)  
Unidades do Vapt-Vupt  
Presencialmente, nas ouvidorias setoriais dos órgãos do Estado

## Encontro Nacional de Controle Interno debate ética, governança e LGPD

O primeiro dia do XVII Encontro Nacional de Controle Interno, ocorrido em 30/9, em Curitiba, teve como base a discussão sobre ética e governança na administração pública. As palestras foram transmitidas no canal do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e estão disponíveis no YouTube. O controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, representou o Estado nos dois dias do evento.

O presidente do Conaci, Leonardo Ferraz, explicou que o encontro permite o debate para aperfeiçoar a atividade. "Existe crise de confiança em razão de entregas ineficientes. O controle interno agrega valor à gestão, para que melhores decisões para a sociedade sejam tomadas", declarou.

A palestra "Sua ética é jiló ou chocolate?", da filósofa Lúcia Helena Galvão abriu o encontro. Ela diferenciou a ética que é praticada por gosto daquela adotada por coerção ou premiação. Lúcia Helena comparou a primeira ao chocolate, porque ninguém precisa pedir para alguém comer o doce. Ao contrário do jiló, que para ser comido é necessária uma negociação, como promessa de sobremesa, principalmente com crianças.

Com essa comparação, a filósofa expôs a ética como gosto aprimorado, algo que devemos aprender a gostar e não algo que se segue porque há alguém a observar a ação. "O ser humano deve adotar comportamento ético por amor e não por contrato social. É necessário desenvolver a consciência ética e evitar ideias que institucionalizam a descrença na humanidade".

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, discorreu sobre a proposta de governança que apresentou ao



Governo Federal. De acordo a fala, a governança é a capacidade para implementar, avaliar e monitorar, com maturidade, os programas e iniciativas públicas. Nardes citou liderança, estratégia e controle como alicerce desse valor.

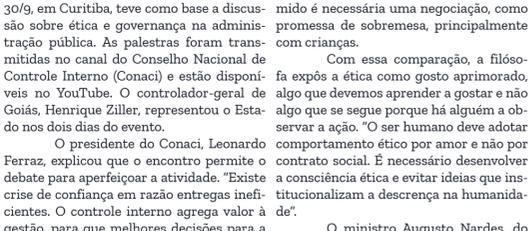
"Vivemos em competição com outros países, para atrair investimentos. Temos que ter indicadores com histórico para que nossa governança possa ser avaliada e reconhecida por outras administrações e empresas", comentou em sua explanação.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também foi tema de palestra. Essa legislação, junto com a Lei de Acesso à Informação, tem chamado a atenção dos profissionais de controle interno. Por isso, foi convidado o advogado e escritor Rodrigo Pironti, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

O advogado explicou que as duas leis se complementam e não entram em conflito, diferente do que algumas pessoas acreditam. "A LGPD não proíbe a coleta e tratamento de dados pessoais, desde que a finalidade esteja fundamentada em uma base legal. Há que se considerar sempre o interesse público, que tem supremacia sobre o interesse privado", destacou.

No encontro foi realizado também a 39ª Reunião Técnica do Conaci, com a participação dos controladores-gerais, que aprofundou alguns assuntos como a LGPD. O grupo de trabalho do Conaci preparou diagnóstico e principais desafios na implantação da lei por estado e municípios. Os participantes também conheceram o sistema E-Aud, sobre auditoria, para estados e municípios.

## Programa Goiás de Resultados homenageia servidora da CGE e projetos do órgão



O primeiro dia do XVII Encontro Nacional de Controle Interno, ocorrido em 30/9, em Curitiba, teve como base a discussão sobre ética e governança na administração pública. As palestras foram transmitidas no canal do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e estão disponíveis no YouTube. O controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, representou o Estado nos dois dias do evento.

O presidente do Conaci, Leonardo Ferraz, explicou que o encontro permite o debate para aperfeiçoar a atividade. "Existe crise de confiança em razão de entregas ineficientes. O controle interno agrega valor à gestão, para que melhores decisões para a sociedade sejam tomadas", declarou.

A palestra "Sua ética é jiló ou chocolate?", da filósofa Lúcia Helena Galvão abriu o encontro. Ela diferenciou a ética que é praticada por gosto daquela adotada por coerção ou premiação. Lúcia Helena comparou a primeira ao chocolate, porque nin-

guém precisa pedir para alguém comer o doce. Ao contrário do jiló, que para ser comido é necessária uma negociação, como promessa de sobremesa, principalmente com crianças.

Com essa comparação, a filósofa expôs a ética como gosto aprimorado, algo que devemos aprender a gostar e não algo que se segue porque há alguém a observar a ação. "O ser humano deve adotar comportamento ético por amor e não por contrato social. É necessário desenvolver a consciência ética e evitar ideias que institucionalizam a descrença na humanidade".

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, discorreu sobre a proposta de governança que apresentou ao Governo Federal. De acordo a fala, a governança é a capacidade para implementar, avaliar e monitorar, com maturidade, os programas e iniciativas públicas. Nardes citou liderança, estraté-

gia e controle como alicerce desse valor.

"Vivemos em competição com outros países, para atrair investimentos. Temos que ter indicadores com histórico para que nossa governança possa ser avaliada e reconhecida por outras administrações e empresas", comentou em sua explanação.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também foi tema de palestra. Essa legislação, junto com a Lei de Acesso à Informação, tem chamado a atenção dos profissionais de controle interno. Por isso, foi convidado o advogado e escritor Rodrigo Pironti, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

O advogado explicou que as duas leis se complementam e não entram em conflito, diferente do que algumas pessoas acreditam. "A LGPD não proíbe a coleta e tratamento de dados pessoais, desde que a finalidade esteja fundamentada em uma base legal. Há que se considerar sempre o interesse público, que tem supremacia sobre o interesse privado", destacou.

No encontro foi realizado também a 39ª Reunião Técnica do Conaci, com a participação dos controladores-gerais, que aprofundou alguns assuntos como a LGPD. O grupo de trabalho do Conaci preparou diagnóstico e principais desafios na implantação da lei por estado e municípios. Os participantes também conheceram o sistema E-Aud, sobre auditoria, para estados e municípios.

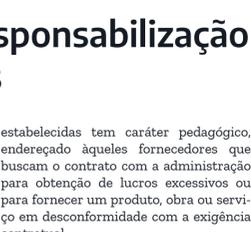
## Case da CGE Goiás sobre Gestão do Conhecimento é apresentado em evento nacional

A CGE realizou, dia 26 de agosto, o 3º Encontro do projeto "Gestão do Conhecimento na Controladoria-Geral do Estado", produzido pela servidora Vânia Cristina Gonçalves da Silva, gestora de Finanças e Controle da Controladoria-Geral do Estado (CGE), foi apresentado dia 22/9 no 16º Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento - KM Brasil 2021, considerado o maior evento da América Latina sobre o tema.

Os participantes do encontro têm acesso a diversos casos de sucesso voltados à Gestão do Conhecimento, além de trabalhos científicos e painéis de discussão. O Congresso é organizado pela Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) e uma oportunidade de ampliar a rede de contatos porque reúne pesquisadores, profissionais com diferentes perfis, consultores,

professores dos setores público, privado e do terceiro setor.

"Ano passado eu acompanhei como congressista inscrita, e aprendi muito. A partir daí fui capaz de fazer a construção para a CGE, que ainda está em pilotas, devido a todas as dificuldades impostas pela pandemia. Mas o projeto demonstrou sua consistência e adequação aos padrões de Gestão do Conhecimento, tanto que foi aceito como caso de sucesso para o KM Brasil 2021", explicou a gestora Vânia Cristina, da CGE. Segundo Vânia, a metodologia de gestão do conhecimento foi adequada às especificidades da CGE como órgão de controle e foi realizado um piloto na Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica do órgão.



### ARTIGO



## Processos de responsabilização de fornecedores

sual ante a ausência de procedimento definido, a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) elaborou a Instrução Normativa 3/2021, que normatiza a instauração e tramitação do PAF nos órgãos e entidades da administração pública estadual.

A inovação trazida pela IN mostra-se necessária e imprescindível à orientação das unidades correlacionais do Governo de Goiás, responsabilizando a condução dos PAFs, uniformizando, preenchendo lacunas e orientando a regularidade dos processos de responsabilização. Bom para a Administração.

Ao definir o rito, etapas processuais, prazos para comunicação e prática de atos, a IN proporciona previsibilidade quanto ao procedimento, fomenta a transparência e evita surpresas e, por fim, dota o processo administrativo de segurança jurídica tanto para a Administração quanto ao processado. Bom para o administrado.

Dentre as vantagens trazidas pela IN, a padronização do procedimento contribui para a redução do custo e prazo processual e para a efetividade do processo de responsabilização, com a otimização dos resultados. A imposição das penalidades ao licitante que descumpra as normas

estabelecidas tem caráter pedagógico, endereçado àqueles fornecedores que buscam o contrato com a administração para obtenção de lucros excessivos ou para fornecer um produto, obra ou serviço em desconformidade com a exigência contratual.

A experiência da CGE obtida na condução de PAFs que redundaram na aplicação de penalidades e ressarcimento ao erário de R\$ 22 milhões, permitiu a definição dos parâmetros definidos na IN, de forma a orientar as unidades responsáveis pela condução desses processos.

Com mais essa iniciativa, a CGE ratifica os objetivos do Programa de Compliance Público de Goiás, ao reconhecer que a predominância do interesse público em relação ao particular e a boa aplicação dos recursos públicos constituem valores essenciais para essa administração, visando a execução de políticas públicas em prol da sociedade.

Maria do Carmo Rodrigues Póvoa - Gestora Jurídica e gerente de Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores da CGE GO